



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Legisla-e**

LEI ORDINÁRIA Nº 527, DE 24 DE ABRIL 1974

Estabelece critérios e normas relativas ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias relativo aos produtos agrícolas, pastoris e extrativos, e dá outras providências.

Data de Criação

24/04/1974

Data de Publicação

24/04/1974

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 1496, de 24/04/1974

Origem

Não informada

Tipo

Lei Ordinária

Temática

- Imposto
- Circulação de Mercadorias

Autoria

- Poder Executivo

Altera

- Lei Ordinária Nº 461/1971
- Lei Ordinária Nº 375/1970

Alterada por

- Sem Alterações

Texto da Lei

LEI N. 527, DE 24 DE ABRIL DE 1974

“Estabelece critérios e normas relativas ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de relativo aos produtos agrícolas, pastoris e extrativos e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O imposto de Circulação de Mercadorias devido pelos estabelecimentos produtores, comerciais, atacadistas, varejistas e industriais será recolhido dentro dos prazos que forem fixados pelo Poder Executivo.

Art. 2º Sobre os produtos *in natura*, originários da produção agrícola, pastoril e extrativa que não gozarem de isenção expressa, incidirá o Imposto de Circulação de Mercadorias quando da saída do estabelecimento produtor.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá decretar a suspensão temporária do imposto incidente sobre os produtos referidos neste artigo, quando os mesmos se destinarem ao consumo ou beneficiamento no território do Estado, excluídas deste favor fiscal a borracha e a castanha.

Art. 3º A fim de uniformizar a base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadorias incidente sobre os produtos *in natura*, a Secretaria de Estado da Fazenda poderá estabelecer pautas de preços mínimos de comercialização.

Art. 4º Ficam revogadas a Lei n. 375/78, o Parágrafo único do art. 1º da Lei n. 461/71 e as demais disposições em contrário, entrado a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de abril de 1974, 86º da República, 72º do Tratado de Petrópolis e 13º do Estado do Acre.

FRANCISCO WANDERLEY DANTAS

Governador do Estado do Acre